



INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS E SERVIÇO SOCIAL

GAMA, Denise dos Passos¹
MATHIS, Adriana de Azevedo²

RESUMO:

O artigo teve como objeto as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e a relação com o Serviço Social. No qual, o objetivo foi fazer um levantamento de produções na literatura para verificar quais discussões estão sendo feitas sobre essa relação. Quanto a metodologia adotada foi utilizada a Revisão Sistemática de Literatura (RSL) realizada no ano de 2021 como requisito para a construção do projeto de dissertação de mestrado. Foram analisados seis artigos e três dissertações, encontrados nos bancos de dados do Portal de Periódicos Capes, Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde, nos idiomas português e espanhol, no espaço-temporal de 2003 a 2021. Constata-se que a maioria das produções são da região sudeste (40%). Também, é digno de nota, a existência de trabalhos abordando vários aspectos no tocante as Instituições de acolhimento, entretanto, há uma carência de produções abordando a totalidade do processo de trabalho do/a Assistente Social em ILPI.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições de Longa Permanência para Idosos; Serviço Social; Revisão Sistemática da Literatura.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e a relação com Serviço Social – desse modo foi feito um levantamento de artigos científicos, teses e dissertações com a finalidade de subsidiar a construção do referencial teórico e verificar as publicações que tiveram como foco as Instituições de Longa Permanência para Idosos e o Serviço Social.

A Revisão Sistemática de Literatura a seguir partiu da seguinte questão: *Como a literatura evidencia a relação das ILPI com o Serviço Social?* Para responder essa indagação foram utilizados os descritores³ "instituição de longa permanência para idosos"; "idoso" and "serviço social"; "trabalho" and "serviço social" and "idoso" e "instituição de longa permanência" and "serviço social" que possibilitaram fazer um levantamento das produções científicas com artigos, disponibilizados em três bases de dados: Portal de Periódicos Capes,

¹ Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: denisegamma22@gmail.com

² Assistente Social. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: adriana.azevedo.mathis@gmail.com

³ Os descritores foram escolhidos através do DeCS no site da Biblioteca Virtual em Saúde.

SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde, nos idiomas português e espanhol, no espaço-temporal de 2003 a 2021. A seleção de teses e dissertações foi realizada com o mesmo recorte temporal, porém, somente na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Capes, com o descritor “instituição de longa permanência para idosos” and “serviço social”⁴.

Vale ressaltar que o espaço-tempo escolhido foi de 2003 a 2021, porque em 2003 foi sancionada a lei Nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 estabelecendo a criação do Estatuto do Idoso que trouxe como destaque inúmeros direitos destinados as pessoas idosas, sendo que nessa pesquisa o direito que será enfatizado é o apresentado no capítulo IX - Habitação, na qual aborda a necessidade de haver uma moradia digna a pessoa idosa, seja no seio familiar, ou, em uma instituição pública ou privada⁵.

A pesquisa está organizada a partir do levantamento das produções sobre ILPI e Serviço Social em 3 tópicos: dados obtidos com a pesquisa, estes quantitativos e qualitativos; processo de institucionalização e perfil das pessoas idosas institucionalizadas; e por fim, o trabalho dos Assistentes Sociais em ILPI.

2. LEVANTAMENTO DAS PRODUÇÕES SOBRE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS E SERVIÇO SOCIAL (2003-2021)

O objetivo foi fazer um levantamento de produções na literatura para verificar quais discussões estão sendo feitas sobre a relação entre Instituições de Longa Permanência para Idosos e Serviço Social, especificamente, no intervalo de tempo entre os anos de 2003 a 2021.

2. 1 Dados obtidos com a pesquisa

Nesse tópico serão apresentados dados quantitativos no tocante as regiões brasileiras nas quais foram produzidas os trabalhos analisados, a classificação dessas pesquisas e a participação de Assistentes Sociais na produção desse conhecimento. No segundo momento, a finalidade consistiu em analisar os dados qualitativos encontrados na RSL, a partir dos

⁴ É válido destacar que as dissertações e teses que foram selecionadas para a leitura na etapa final, não foram lidos na íntegra, portanto, foram lidos apenas os seus resumos, introdução, resultados e conclusões.

⁵ Foram adotados alguns critérios de inclusão: a) idioma português ou espanhol; b) publicados entre os anos de 2003 a 2021; c) que em seus títulos abordasse uma possível discussão sobre ILPI e Serviço Social, ou, Idoso institucionalizado e trabalho do Assistente Social; d) que em seus resumos apresentassem o trabalho de Assistentes Sociais em ILPI; ou, que abordassem as ILPI e mencionasse o Serviço Social enquanto pertencente a equipe multiprofissional; e) que possuissem disponibilidade completa para download para serem lidos na íntegra, após a seleção por títulos e resumos. Assim como, critérios de exclusão: a) Trabalhos que não focaram sobre o tema envelhecimento e Serviço Social; b) Trabalhos pagos; c) Trabalhos repetidos; d) que falavam apenas da parte biológica de idosos institucionalizados; e) resumos que não trouxeram o trabalho do assistente social seja para possibilitar o abrigo, seja mencionando a atuação em ILPI, seja evidenciando sua colaboração com a equipe para o atendimento das necessidades e demandas dos idosos institucionalizados; f) na leitura na íntegra foram excluídos todos que não contemplaram a discussão sobre ILPIs e Serviço Social.

seguintes recortes temáticos: o suicídio e a ideação suicida em idosos institucionalizados; o sentido do envelhecimento para os assistentes sociais; o levantamento de produções sobre envelhecimento; determinantes para institucionalização de idosos; cotidiano de idosos em ILPI; trabalho multiprofissional e direitos dos idosos em ILPI.

Os dados relativos as instituições ou departamentos nos quais os autores estavam vinculados por regiões brasileiras ressaltaram que a região Sudeste apresentou o maior quantitativo de produções com 40%, em comparação as outras regiões do Brasil: 27% Sul; 20% Nordeste e 13% Centro-Oeste. É interessante destacar que apenas na região Norte, não foi possível encontrar nenhuma produção. Elucidando como é importante fazer pesquisa sobre o Serviço Social nas ILPI em Belém, para assim, contribuir com o aumento de produções da região, para subsidiar novas pesquisas no Estado do Pará e também para comparar com as demais pesquisas que foram realizadas em outras cidades brasileiras, assim como, para subsidiar o trabalho dos Assistentes Sociais nessas instituições.

No segundo momento foram identificados que de todas as produções analisadas⁶, foram encontrados seis artigos, três dissertações e nenhuma tese. O número baixo é decorrente também de muitos trabalhos não estarem acessíveis nas bases de dados por causa da atualização da Plataforma Sucupira, no qual, alguns trabalhos não puderam ser analisados por não estarem disponíveis para download.

A maioria dos autores que produziram os trabalhos científicos são formados em Serviço Social. Melhor especificando: as três dissertações foram feitas por bacharéis em Serviço Social e dos seis artigos, quatro tiveram Assistentes Sociais na sua produção. Para obter essa informação foi necessário observar as notas de rodapé, notas explicativas e até mesmo consultar o Orcid de alguns autores. Ressaltando a partir dessa análise a importância de conter informações dos autores que elaboram artigos em notas explicativas para identificar a formação desses sujeitos, suas instituições de vínculo e seus e-mails profissionais como elementos básicos para conhecimento público.

Em relação aos recortes temáticos eles foram organizados conforme as discussões e resultados que foram contemplados nas produções científicas dos artigos e dissertações analisadas, expostos a seguir:

O suicídio e a ideação suicida em idosos institucionalizados foram abordados em dois artigos de mesma autoria, por Minayo, Figueiredo e Mangas (2017, 2019), no qual no artigo mais antigo foi usada a metodologia de histórias de vida com 16 idosos institucionalizados

⁶ Ao utilizar os descritores foi possível encontrar o total de 9.480 resultados, nos quais: 1.889 foram artigos, 1.677 teses e 5.914 dissertações. Que foram submetidos a seleção por títulos, representando 104 trabalhos selecionados. A seleção por resumos contemplou 16 trabalhos e a seleção após a leitura na íntegra fechou o resultado em 9 trabalhos que contemplaram os critérios estabelecidos.

que em algum momento haviam apresentado um comportamento suicida. E o artigo mais recente, foi uma revisão integrativa da literatura à respeito do tema já referido acima, entre os anos de 2002 a 2017.

Minayo, Figueiredo e Mangas (2017) ao selecionaram 16 idosos institucionalizados verificaram que a prevalência da faixa etária que mais apresentou comportamento de risco estava entre 60 e 69 anos. Destacaram também que a maioria já haviam tentando suicídio antes de entrar na ILPI. Em relação ao aspecto econômico e social, as autoras destacam que são pessoas pobres, que recebem apenas um salário mínimo, vítimas de abandono ou negligência. Outro aspecto interessante quando falam do perfil das idosas abordam que todas exerciam trabalhos domésticos (em casa ou externas), entretanto, ao envelhecerem os vínculos se tornam frágeis, restando apenas a institucionalização, seja para aquelas que se dedicaram a atividade profissional e não formaram família e aquelas que tiveram filhos, mas não puderam ser acolhidas e cuidadas por eles.

Minayo, Figueiredo e Mangas (2019) apontam a partir da revisão integrativa os principais diagnósticos de risco de ideações e tentativas de suicídio por idosos institucionalizados que correspondem: problemas físicos e incapacitantes, problemas psiquiátricos, problemas psicológicos e subjetivos, problemas microsociais, problemas econômicos, problemas socioambientais, falhas na formação profissional dos cuidadores e organizacionais. O fato é que existem combinações de fatores que desencadeiam esses riscos e tentativas de suicídio, como destacado:

o peso das histórias de vida, das relações familiares e da falta de expectativa para o futuro que acompanha as internações, e dão ênfase ao isolamento social presente, particularmente, nos estados depressivos (MINAYO, FIGUEIREDO, MANGAS, 2019, p. 1400).

Minayo, Figueiredo e Mangas (2019, p. 1401) enfatizam que “é preciso ter um olhar de proteção aos idosos residentes em ILPIs para que não desistam da vida”. E por isso, a necessidade de atendimentos individualizados, respeitando as necessidades subjetivas de cada idoso. As autoras destacam que residir em uma ILPI pode apresentar diferentes significados aos sujeitos, como solidão e proteção.

O *sentido do envelhecimento para os Assistentes Sociais* foi destacado apenas no artigo de Locatelli, Oliveira e Cavedon (2014) que utilizaram uma abordagem contextualista dos estudos das emoções. Desse modo, fazem um estudo sobre as emoções no ambiente de trabalho, tendo como objetivo compreender como as relações entre emoções e trabalho, configuram o sentido do envelhecimento para profissionais (Assistentes Sociais). Dessa forma, a respeito do trabalho dos Assistentes Sociais com idosos, os autores abordam que:

os assistentes sociais, profissionais que, devido à natureza de sua atividade laboral, estabelecem contato direto com os idosos, uma vez que suas principais atribuições estão relacionadas à garantia de direitos dos idosos institucionalizados. É essa proximidade com o universo dos longevos e o conhecimento de suas histórias de vida que permite aos assistentes sociais o sentido do envelhecimento a partir da vivência laboral e das emoções desencadeadas por esse processo (LOCATELLI, OLIVEIRA E CAVEDON, 2014, p. 79).

Locatelli, Oliveira e Cavedon (2014, p. 81) destacam que a formação dos Assistentes Sociais tem como base princípios ético-políticos que compõem o projeto profissional e acompanham as transformações da sociedade. Esses profissionais “estão em contato com as condições reais de existência dos indivíduos”, que corresponde a uma demanda intersubjetiva, que não é escrita em legislações ou em projetos ético-políticos.

Em relação ao envolvimento emocional dos Assistentes Sociais com os idosos, foi observado por Locatelli, Oliveira e Cavedon (2014) que a partir das escutas das histórias de vida são estabelecidas relações de poder, que a maneira que eles são tratados com o uso de palavras como “minha querida” e “meu amor” são formas de tentar minimizar o fato desse idoso ser institucionalizado. Nas falas destacadas foi possível identificar que os idosos são culpabilizados por não estarem no convívio familiar, no qual os autores destacam a importância de compreender a lógica do sistema capitalista. E por fim, foi abordado que o sentido do envelhecimento para os Assistentes Sociais são determinados pela vivência laboral em ILPI, uma boa velhice ou uma má, será determinada pela questão econômica e a utilidade daquele sujeito para a sociedade. Assim como, as ações organizacionais reforçam a dependência e o abandono dos idosos.

O *Levantamento de produções sobre envelhecimento* foram abordados nas respectivas produções: o artigo de Alves, Paiva e Arruda (2016) que consistiu em uma pesquisa explicativa e teórica bibliográfica com foco nos anos de 2010 a 2012, a partir do entendimento que a velhice trágica é uma das expressões da questão social, então, tiveram por objetivo estudar as produções sobre velhice no Serviço Social. Identificaram que nas produções científicas há uma tendência a culpabilização tanto do idoso como de sua família, pelo resultado da sua velhice ser considerada sem sucesso E a dissertação de Alves (2014)⁷ que fez uma pesquisa explicativa e bibliográfica, no qual analisou a incidência de temáticas presentes na produção acadêmica sobre velhice no banco de Teses e Dissertações da Capes entre o período de 2004 a 2012, encontrando apenas 2 produções que abordavam o tema da institucionalização.

Determinantes para Institucionalização de idosos foi enfatizado no artigo de Pollo e Assis (2008), no qual fizeram uma revisão de literatura sobre institucionalização de idosos e

⁷ Vale destacar que a autora teve participação no artigo - Produção de conhecimento no serviço social sobre as lutas e proteção social a velhice dos trabalhadores.

envelhecimento. Aliado a experiência profissional de uma das autoras que já atuou na Diretoria de Serviço Social no município do Rio de Janeiro, identificaram que os determinantes para institucionalização são as dificuldades de prestar assistência aos idosos em domicílio e prevalência de idosos que não tem referência familiar.

E na dissertação de Steffenon (2013) foi feita uma pesquisa documental no Ministério Público, analisando demandas relativas ao abrigo de idosos, os documentos evidenciaram que a situação de risco do idoso na qual exige uma intervenção do Ministério Público são: quando o idoso tem comprometimentos mentais, quando ele e nem sua família possuem condições de exercer o seu cuidado, quando não tem seus direitos assegurados.

Cotidiano de idosos em ILPI foi identificado no artigo de Faleiros e Morano (2009) no qual foram analisadas as relações de poder que são estabelecidas nesses espaços, a partir de entrevistas não estruturadas e observação direta.

As ILPIs, conforme Faleiros e Morano (2009) possuem um caráter homogêneo, com a prevalência de atividades rotineiras, estabelecendo regras e horários bem delimitados, marcado por um contexto dominador. Além disso, as ILPIs apresentam ao idoso um ambiente diferente do que tinham em sua casa, implicando a construção de uma nova identidade. Ou seja, “as instituições são espaços contraditórios com temporalidades e histórias entrecruzadas onde existem normas não escolhidas pelos residentes” (FALEIROS, MORANO, 2009, p. 324).

Em relação as atividades programadas aos idosos, Faleiros e Morano (2009) expuseram um exemplo que aconteceu na instituição, mas que não contou com a participação dos idosos no planejamento. Ou seja, as festas e demais atividades são pensados por diferentes sujeitos, mas os usuários não são chamados para o processo de construção dos projetos e ações.

Trabalho Multiprofissional e direitos dos idosos em ILPI foi investigado na dissertação de Costa (2017) que teve por objetivo analisar qual a contribuição das equipes multiprofissionais para a viabilização dos direitos sociais das pessoas idosas residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos de João Pessoa/PB. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva, documental, bibliográfica e de campo, com uso da abordagem quanti-qualitativa.

Quanto aos resultados o perfil dos trabalhadores das ILPIs analisadas caracteriza uma feminização da força de trabalho devido o percentual de 94,2% serem do gênero feminino. Em relação a participação de cursos de capacitação na área do envelhecimento, 70,59% participam. O estudo de COSTA (2017) também evidenciou que as políticas públicas direcionadas aos idosos ainda não são de conhecimento integral da equipe, o que refletiu nos 41% com conhecimento parcial e 29% sem conhecimento. Em relação as demandas dos idosos institucionalizados 94,12% são de saúde e 47% familiares. Assim como, concluíram

que não há de fato um trabalho multiprofissional que contemple as respostas profissionais as demandas apresentadas pelos idosos.

A partir das produções encontradas também foi possível destacar alguns pontos nos quais são abordados o processo de institucionalização e o perfil das pessoas idosas institucionalizadas; e o trabalho dos Assistentes Sociais em ILPI.

2. 2 Processo de institucionalização e perfil das pessoas idosas institucionalizadas

Minayo, Figueiredo e Mangas (2019) elucidam que as ILPIs são reguladas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e compreende um serviço de proteção social de alta complexidade. Destinado a “idosos com vínculos rompidos ou fragilizados e visam dar-lhes proteção integral em unidades inseridas na comunidade e com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada” (MINAYO, FIGUEIREDO, MANGAS, 2019, p. 1394).

Locatelli, Oliveira e Cavedon (2014) apontam que o termo Instituição de Longa Permanência para Idosos foi adotado pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Desse modo:

As ILPIs constituem uma das modalidades de cuidado de longa duração dirigidas aos idosos com algum grau de dificuldade para a realização das atividades cotidianas, sem renda e/ou aqueles cuja família não possui recursos (financeiros, físicos ou emocionais) para a prestação dos cuidados necessários (CAMARANO, MELLO, 2010 APUD LOCATELLI, OLIVEIRA E CAVEDON, 2014, p. 82).

“Por parte da pessoa idosa, a vivência numa ILPI exige que ela reorganize sua vida social e subjetiva e internalize mecanismos que possam facilitar sua inserção nessa forma de convivência social” (MINAYO, FIGUEIREDO, MANGAS, 2019, p. 1403). Dessa forma, passar a viver em condição de acolhimento institucional é um desafio para muitos idosos e idosas.

O processo de institucionalização remete a uma condição de dependência e vulnerabilidade social dos idosos, por isso, as decisões de intervenção dos profissionais nesse ambiente de trabalho são consideradas legítimas (LOCATELLI, DE OLIVEIRA E CAVEDON, 2014, p.86).

Ao viverem institucionalizados é provável que eles se sintam sem expectativa de vida, sem projetos para realizar, sem sonhos para acreditar, então:

Os pensamentos ou tentativas de morte sobrevêm numa sensação de solidão inenarrável e de uma desesperança profunda, pois elas têm consciência de que a residência onde vivem hoje é a última parada antes da morte (MINAYO, FIGUEIREDO, MANGAS, 2017, p. 987).

Pollo e Assis (2008, p. 32) afirmam que “a institucionalização de idosos tende a crescer com o envelhecimento populacional”. Entretanto, ressaltam a necessidade de ser desconstruída a imagem segregacionista dessas instituições.

Locatelli, Oliveira e Cavedon (2014) pontuam que no Brasil culturalmente a família é responsabilizada pelo cuidado do idoso, mas precisamos entender que nem todas possuem condições para realizar essa proteção. Portanto, vão existir vários determinantes para a concretização da institucionalização da pessoa idosa. Locatelli, Oliveira e Cavedon (2014) apontam como determinantes do processo de institucionalização o envelhecimento populacional e as reestruturações dos arranjos familiares.

Para conseguir abrigo Stefennon (2013) observou que nos relatos das solicitações essas demandas eram encaminhadas ao Ministério Público. Este passou a ser responsável por idosos em situação de risco a partir de 2003 com a promulgação do Estatuto do Idoso, que ao se organizar institucionalmente criou a Promotoria do Idoso responsável pelos atendimentos das demandas de pessoas idosas, visando à garantia dos seus direitos. Nesse lugar, ao receberem demandas de abrigamentos é feito um estudo social que responda minimamente as seguintes questões:

se há procurador habilitado para o recebimento de benefício previdenciário/assistencial; se há empréstimos consignados; se o idoso é vítima de violência, abandono familiar, abuso financeiro, maus tratos e negligência; se há necessidade de avaliação psiquiátrica; condições de habitação, higiene, alimentação, saúde e salubridade do local (STEFFENON, 2013, p. 84).

Seja pelo crescimento do envelhecimento populacional, seja fruto das mudanças nas configurações familiares e até mesmo pela inserção mais intensa da mulher no mercado de trabalho, o que fica evidente é que temos o crescimento de demandas por institucionalização de idosos no Brasil, o que caracteriza um aumento de demandas para os profissionais que atuam na Política de Assistência Social, mais especificamente, aos Assistentes Sociais. E quem são esses idosos que demandam esses serviços? A seguir serão destacados alguns elementos de aproximação com o perfil desses sujeitos.

Em relação ao perfil dos idosos, Minayo, Figueiredo e Mangas (2017) constataram que eles já haviam perdido contato com seus familiares antes da institucionalização, por causa do uso abusivo de álcool e outras drogas. Outros autores corroboram com esse perfil como no trecho a seguir “pessoas em situação de vulnerabilidade social (...), muitas vezes provenientes da rua, dependentes químicos, com transtorno mental e demências” (POLLO, ASSIS, 2008, p. 37). É válido mostrar que os homens procuram sanar algumas necessidades sociais como: “costumam sair da instituição para passear, encontrar colegas e têm maior domínio sobre o pouco dinheiro que recebem” (MINAYO, FIGUEIREDO, MANGAS, 2017, p. 989).

No estudo de Steffenon (2013) os idosos com possíveis condições de abrigo, a partir das solicitações analisadas não querem ser abrigados justificando: um lugar triste, um depósito de velhos, um lugar de conflitos e mortes. Já em raros casos, tem aqueles que já

foram tão violentados fisicamente, psicologicamente, financeiramente que se sentem forçados a se institucionalizar.

2.3 O trabalho dos Assistentes Sociais em ILPI

Segundo Alves, Paiva e Arruda (2016) é no decorrer da segunda metade do século XX que o envelhecimento se torna uma expressão da questão social ao demandar do Estado uma intervenção diante de situações de indigência e abandono. O crescimento dessas demandas por políticas sociais contribuiu para a criação de novos espaços de trabalho para os Assistentes Sociais. “É, portanto, nas dimensões política, técnico-operativa e interventiva que o serviço social vem construindo, historicamente, uma interlocução com o envelhecimento da classe trabalhadora” (ALVES, PAIVA e ARRUDA, 2016, p. 80).

Alves (2014, p. 64) expõe que “a expansão das políticas sociais no campo dos direitos dos velhos empregou vários assistentes sociais, que passaram a construir sua intervenção junto à classe trabalhadora”. Deste modo, destaca a Lei Orgânica de Assistência Social (1993), Política Nacional do Idoso (1995) como ferramentas importantes nesse processo, que posteriormente contribuíram para a criação do Estatuto do Idoso (2003) e a Norma Operacional Básica (2005).

Faleiros e Morano (2009) destacam que no Brasil o atendimento a idosos em residência iniciou com a Sociedade São Vicente de Paula. E que ao longo dos séculos ocorreram mudanças significativas, principalmente, decorrentes de leis e normas que visavam a garantia dos direitos humanos. Mas ainda apresenta uma forma eclética e muitas vezes, filantrópica.

Sobre o trabalho dos Assistentes Sociais foi possível identificar: “cuidam da relação com a família e realizam o trabalho de escuta das demandas” (LOCATELLI, OLIVEIRA E CAVEDON, 2014, p. 84). São doadores de carinho, atenção e elaboram atividades para socialização. Realizam escutas de histórias de vida, estudos sociais, fazem busca ativa de familiares e atuam no fortalecimento de vínculos. “O serviço social faz um acompanhamento de cada interno, anotando na ficha de evolução individual e social do idoso as ocorrências e pedidos” (FALEIROS, MORANO, 2009, p. 333 – 334).

Em se tratando da importância do Assistente Social em ILPI, a autora corrobora com “a função de encaminhar os direitos sociais dos idosos residentes, como também buscar preservar e/ou retomar os vínculos familiares” (LEMOS, BARROS, 2012 apud COSTA, 2017, p. 78).

Minayo, Figueiredo e Mangas (2019, p.1402) destacam que “a prevenção do suicídio também precisa fazer parte da formação e do trabalho dos profissionais que atuam nas ILPI”. Nas quais devem focar em aspectos como: possibilitar a autonomia dos idosos, inclusive sobre questões financeiras; capacitação continuada aos cuidadores sobre a subjetividade do

envelhecimento; estar atento a aspectos físicos (doenças), emocionais e relacionais; os serviços sociais e médicos devem estar atentos quando houver recusa de alimentação, recusa a medicamentos, isolamentos sociais, uma vez que são considerados autonegligentes. Enfatizam também a necessidade de uma atuação multidisciplinar como medida de prevenção ao suicídio, portanto, “inclui geriatra, psicólogo, e assistente social” (MINAYO, FIGUEIREDO, MANGAS, 2019, p. 1402), mostrando nesse trecho a importância do Assistente Social nessa equipe de atendimento. As autoras também destacam que muitos profissionais ainda se sentem despreparados para enfrentar situações de ideação e tentativas de suicídio.

Nas narrativas sobre idosos institucionalizados os Assistentes Sociais “remetem a condições individuais de culpabilização desses idosos pela falta de construção de sociabilidades” (LOCATELLI, OLIVEIRA E CAVEDON, 2014, p. 86). Pollo e Assis (2008, p. 33) afirmam que a sociedade e alguns profissionais tendem a culpabilizar a família. Porém, “a família necessita de orientações, suporte psicossocial e acesso à rede de serviços para o cuidado do idoso por parte do Estado”.

A imagem que os idosos tem dos Assistentes Sociais é de enfermeiros sociais, de “donos da casa” e gerenciadores de conflitos. O que pode ficar mais esclarecido quando Locatelli, Oliveira e Cavedon (2014) dizem que a partir do cotidiano é possível interpretar as condições de trabalho. Porque os Assistentes Sociais estabelecem relações de poder com os usuários, devido a condição de dependência e vulnerabilidade dos idosos. Cabe também mencionar que o idoso prefere manter um distanciamento dos profissionais, talvez essa atitude esteja relacionada ao fato de atribuir uma visão negativa a instituição “um lugar para pessoas que fizeram por merecer estar aí” (MINAYO, FIGUEIREDO, MANGAS, 2017, p. 992).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados da pesquisa permitem afirmar que a produção científica sobre Instituição de Longa permanência para Idosos e Serviço Social é incipiente porque não trabalha mais profundamente a relação com atuação do Assistente Social. Portanto, é relevante desenvolver pesquisas abordando as expressões da questão social que vem sendo agudizadas pelo envelhecimento populacional em uma sociedade capitalista, que exclui a classe trabalhadora envelhecida do processo produtivo interferindo diretamente no processo de reprodução social e no aumento de demandas por proteção social.

Do levantamento de 9.480 produções científicas, somente 9 estudos contemplaram os critérios estabelecidos para a pesquisa e nenhum trabalho apresentou o processo de trabalho dos Assistentes Sociais em Instituições de Longa Permanência para Idosos em sua totalidade, entretanto, a RSL possibilitou identificar o estudo de várias produções interessantes, e respondendo a pergunta inicial, as publicações sobre Instituições de Longa permanência para Idosos e Serviço Social abordaram: o suicídio e ideação suicida em idosos (2 artigos); o

sentido do envelhecimento (1 artigo); os determinantes para institucionalização (1 artigo e 1 dissertação); o cotidiano e relações de poder (1 artigo); o trabalho multiprofissional em ILPI (1 dissertação); e o levantamento de produções sobre envelhecimentos (1 dissertação e 1 artigo).

A partir da análise das produções foi possível observar que existe uma incidência de tentativas de suicídio por idosos institucionalizados em ILPI, principalmente, aqueles vítimas de violência e/ou negligência. Que o sentido do envelhecimento para os Assistentes Sociais é atribuído pelo cotidiano que permite ao profissional estabelecer contato com os idosos em ILPI e suas histórias de vida. Ao analisar outros levantamentos de produções foi constatada a prevalência da culpabilização do idoso e sua família pela sua condição de acolhimento institucional, ora, o ato de culpabilizar o indivíduo e não considerar a conjuntura social, econômica, cultural e política, no qual estamos inseridos ocorre desde a institucionalização do Serviço Social no Brasil, a partir de uma perspectiva conservadora da profissão. Em relação aos determinantes que levam a institucionalização estão: a impossibilidade da família garantir a proteção dos idosos; idosos sem referência familiar; idosos que tiveram seus direitos violados e que necessitam de proteção do Estado. No que tange ao cotidiano de idosos em ILPI, esse é marcado por atividades rotineiras em um ambiente marcado por regras e horários pré-estabelecidos. E por fim, mas não menos relevante é preciso destacar que existe a necessidade de uma maior articulação da equipe multiprofissional para o atendimento das demandas das pessoas idosas institucionalizadas.

O processo de institucionalização é um processo novo para o idoso, o que implica em uma adaptação ao novo lar, que na maioria das vezes, consiste em um momento difícil, que provoca um misto de sentimentos e sensações. Entre eles, de solidão, exclusão, medo e rejeição familiar. No tocante ao perfil dos idosos institucionalizados, tem-se pessoas que possuem algum grau de demência mental, doenças crônico-degenerativas, ausência ou frágeis vínculos com seus familiares; e/ou idosos em situações de vulnerabilidade social.

Desse modo, o trabalho do Assistente Social nas ILPI é uma forma de garantir que esse idoso se sinta respeitado, tenha seus direitos garantidos como: saúde, habitação, assistência social, previdência social, lazer, cultura, religião, entre outros preconizados pelo próprio Estatuto do Idoso. É um meio de contribuir para esse processo de readaptação em uma instituição, que socialmente é posta como um depósito de velhos, mas que na realidade, é o único recurso que pode garantir a proteção social desses sujeitos envelhecidos, uma vez que não há políticas públicas de proteção à família para que tenham condições de exercer essa função protetora. Sendo assim, alguns desafios são postos a esses profissionais como: a não culpabilização dos indivíduos e suas famílias; a superação de práticas tecnicistas, imediatas e fragmentadas sem articulação com outras políticas e outros profissionais. Para que possam ser atendidas as demandas e necessidade desses sujeitos em sua

complexidade, a partir de um trabalho multiprofissional e pautado em uma perspectiva crítica e reflexiva das expressões da questão social.

4. REFERÊNCIAS

ALVES, Suellen Bezerra. Serviço Social e envelhecimento: estudo dos fundamentos teórico-políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil. Dissertação (mestrado). UFPE/CCSA. 2014.

ALVES, Suellen Bezerra; PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e; ARRUDA, Fernanda Tavares. Produção de conhecimento no serviço social sobre as lutas e proteção social à velhice dos trabalhadores. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v.15, n.1, p. 75-83, jan./jul., 2016.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei Federal nº10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF. Secretária Especial dos Direitos Humanos, 2004.

COSTA, Priscila de Almeida da. A atuação das equipes multiprofissionais para viabilizar os direitos da pessoa idosa: estudos nas instituições de longa permanência para idosos de João Pessoa/PB. Dissertação (mestrado) UFPB/CCHLA/PPGSS. 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula; MORANO, Tereza. Cotidiano e relações de poder numa instituição de longa permanência para pessoas idosas. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 319-338, jul./dez. 2009.

LOCATELLI, Patrícia Augusta Pospichil Chaves; OLIVEIRA, Josiane Silva de; CAVEDON, Neusa Rolita. A construção do sentido do envelhecimento para os Assistentes Sociais: uma abordagem contextualista das emoções a partir do cotidiano de trabalho. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, v.16, n. 38, p. 77-92, abr. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; FIGUEIREDO, Ana Elisa Figueiredo. MANGAS, Raimunda Matilde do Nascimento. Estudo das publicações científicas (2002 – 2017) sobre ideação suicida, tentativas de suicídio e autonegligência de idosos internados em Instituições de Longa Permanência. Revista Ciências & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.24, n.4, p. 1393-1404, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; FIGUEIREDO, Ana Elisa Figueiredo. MANGAS, Raimunda Matilde do Nascimento. O comportamento suicida de idosos institucionalizados: histórias de vida. PHYSIS Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 981 – 1002, 2017.

POLLO, Sandra Helena Lima; ASSIS, Mônica de. Instituições de longa permanência para idosos – ILPIS: desafios e alternativas no município do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 29-43, 2008.

STEFENNON, Rosanete. Abrigamento de idosos: situações documentadas no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado). UFRJ/PPGSS. 2013.